

Notícias do dia 21 de dezembro



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 10

O POPULAR - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

LOA 2022 é aprovada em 1ª votação ..... 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Endividamento - FIO DIRETO ..... 4

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Plenário da Alego aprova LOA 2022 em primeira votação e mais 26 matérias ..... 5

DIÁRIO CENTRAL - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

Sessão extra nesta segunda às 10 horas ..... 7

DIÁRIO DA MANHÃ - ONLINE - GO - ÚLTIMAS  
TCE - GO

Vilmar Rocha: Vanderlan não deve disputar eleições para governador em 2022 ..... 8

O FACTUAL - MT - POLITICA  
TCE - GO

Conselheiro Domingos Neto assume importante missão a nível nacional dentro da Atricon  
..... 10

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21 ..... 13

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA  
TCE - GO

LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21 ..... 15

GAZETA PLAY - POLÍTICA  
TCE - GO

LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21 ..... 17

ROTA JURÍDICA - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Aprovado em definitivo projeto de lei que cria auxílio-saúde para servidores do TCE de Goiás  
..... 19

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - ONLINE - GO - NOTÍCIAS  
TCE - GO

Educação estadual recebe Selo Ouro no 'Programa de Compliance Público' do Governo de  
Goiás ..... 20

# LOA 2022 é aprovada em 1ª votação

**Karla Araújo**

A Assembléia Legislativa de **Goiás** aprovou no plenário, nesta segunda-feira (20), em primeiro turno, a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022. O texto sofreu alterações na semana passada, quando o governo encaminhou uma proposta de aditamento (dispositivo que traz mudanças para a matéria).

No documento, o governo estadual transferiu para uso em "publicidade de utilidade pública", (responsabilidade da Secretaria de Estado de Comunicação), R\$ 5,5 milhões em recursos que estavam previstos anteriormente no orçamento da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) para manutenção de rodovias.

Outros R\$ 5,5 milhões saíram da previsão de orçamento da **Agência Goiana de Habitação (Agehab)** - onde seriam usados para manutenção de vias urbanas asfaltadas em municípios - e também foram transferidos para uso na comunicação do governo.

A alteração no Orçamento 2022 provocou reação na oposição. O deputado Delegado Humberto Teófilo (PSL) fez críticas à proposta e chegou a informar que apresentaria um desta -que ao texto. O objetivo era que o aumento na previsão de despesa com publicidade fosse votado separadamente. No entanto, o parlamentar não conseguiu reunir as 14 assinaturas exigidas para fazer o pedido.

Assinaram a solicitação os deputados Major Araújo (PSL), Sérgio Bravo (PROS), Paulo Cezar Martins (MDB), Antônio Gomide (PT), Lêda Borges (PSDB) e Eduardo Prado (DC). Teófilo afirma que o fato de outros parlamentares de oposição e independentes estarem participando da sessão remotamente impediu que o destaque fosse apresentado com agilidade durante a discussão da matéria em plenário.

O texto também determinou outras transferências de valores entre pastas para viabilizar projetos essenciais criados recentemente pelo governo estadual. É o caso, por exemplo, da verba de R\$ 7.9 milhões que saiu da **Agehab** para o programa de promoção da dignidade menstrual da mulher. Outros R\$ 80 milhões também foram transferidos da previsão orçamentária da agência (reformas e construção de casas) para o programa de auxílio-moradia Pra Ter Onde Morar (é responsabilidade do mesmo órgão).

Houve mudança de R\$ 25 milhões do orçamento da **Agehab** e da Secretaria da Retomada para a Bolsa Estudo. Também foi feita a transferência de R\$ 1 milhão da Habitação para a Tarifa Social de Saneamento Básico.

Na justificativa do projeto, o governo argumentou que as modificações foram feitas sem alterar o valor global do orçamento. O texto informa ainda que houve necessidade de adequação nas ações que tratam da publicidade institucional do Estado de **Goiás** e a "diversos programas sociais implementados".

Na LOA 2022, o governo fixou a despesa no mesmo valor da receita, R\$ 39,3 bilhões. O texto precisa passar por mais uma votação em plenário para ser aprovado em definitivo, o que deve ocorrer nesta quarta (21).

Nesta segunda, a Assembléia também aprovou projeto que modifica a organização administrativa do Executivo, propondo mudanças como a criação de novos cargos comissionados e a instituição da gratificação por desempenho de serviços de segurança e saúde. O texto também aumenta a abrangência da gratificação por desempenho do Vapt Vupt. Os deputados também

aprovaram, em segundo turno, a criação de auxílio-saúde para servidores do **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. O mesmo benefício também foi criado ao **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**.

**Sítio:** <https://opopular.com.br/digital/21-dezembro-2021/1o-caderno>

# Endividamento - FIO DIRETO

## ***Cloves Reges***

**Goiás** pleiteou a adesão ao RRF logo nos primeiros meses da gestão de Ronaldo Caiado (DEM), em 2019. O que motivou a busca pelo programa federal criado pela LC 159/2017 foram os rombos deixados pela gestão anterior nas contas públicas do Estado. Segundo o **TCE-GO**, **Goiás** tinha ao final de 2018 um déficit de caixa que superava R\$ 7 bilhões e uma dívida consolidada de cerca de R\$ 20 bilhões.

## Endividamento II

Ao final de 2018, **Goiás** sofria com um desequilíbrio fiscal impossível de ser sanado sem medidas mais austeras, como a suspensão do pagamento da dívida, que naquela altura consumia cerca de R\$ 3 bilhões anuais, ou 12,5% da RCL. As despesas com pessoal chegavam a 72% da RCL e o rombo da previdência a 10%. Somados aos índices constitucionais da saúde (12%) e educação (25%), o Estado amargava um déficit de mais de 30% da Receita Corrente Líquida.

**Site:** <http://impresso.dm.com.br/edicao/20211221>

# Plenário da Alego aprova LOA 2022 em primeira votação e mais 26 matérias

Nesta segunda-feira, 20, o Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** se reuniu em quatro sessões extraordinárias híbridas, uma realizada pela manhã, a partir das 10h, e outras três no período vespertino, intercaladas por reuniões da Comissão Mista.

No total, foram apreciadas 27 matérias, sendo nove na sessão matutina, nove na segunda sessão do dia, duas na terceira sessão extra e sete na última sessão.

Dentre os projetos analisados pelo Parlamento nas quatro sessões, 12 eram oriundos do Poder Executivo, dois do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), um do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** e 13 de iniciativa parlamentar.

Nenhuma matéria foi rejeitada pelo Plenário, 17 foram aprovadas em primeira fase de deliberação, dez receberam aval em votação definitiva e uma foi emendada, retornando, portanto, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Entre os destaques das matérias votadas nas sessões de hoje, encontram-se, por exemplo, a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022 e o projeto que regulamenta as mudanças aplicadas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de **Goiás**. Veja, abaixo, os detalhes dos projetos que passaram pela deliberação dos parlamentares nesta segunda-feira: Assinado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM), foi aprovado, em segunda votação, o projeto nº 9261/21. A matéria cria um fundo rotativo na Secretaria de Estado de Desenvolvimento (Seds), além de garantir a abertura de crédito especial para a referida Pasta. No placar eletrônico houve 20 votos favoráveis e oito contrários.

De acordo com a proposta, o valor destacado para o Fundo Rotativo da Seds é de R\$ 50 mil. Já o crédito especial foi orçado pelo Executivo em R\$ 280 mil. O Governo argumenta que a intenção, com o repasse dos recursos, é garantir o custeio de despesas inadiáveis de pequena monta.

Já em primeira votação, o processo nº 8920/21 foi aprovado com 23 votos a favor e 5 contrários.

Iniciativa da Governadoria, o texto reformula e disciplina a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo

(RMTC) da região Metropolitana de **Goiânia**.

A matéria também trata de reestruturar a Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos (CDTC) e a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos (CMTC). A matéria agora segue para segunda votação plenária Segundo a proposta, o artigo 1º institui a RMTC **Goiânia** como unidade sistêmica regional composta por todas linhas e serviços de transportes coletivos, de todas modalidades ou categorias.

Os serviços deverão atender aos municípios de **Goiânia**, Abadia de **Goiás**, Aparecida de **Goiânia**, Aragoiânia, Bela Vista de **Goiás**, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Goianira, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de **Goiás**, Senador Canedo, Terezópolis de **Goiás** e Trindade. A proposta inclui as linhas e serviços permanentes voltados à interligação direta ou indireta dos municípios que integram as redes entre si e/ou com **Goiânia**.

Parlamentares

Retornado da CCJ, o processo nº 6527/21, de autoria do deputado Delegado Humberto Teófilo (sem partido), foi aprovado, por unanimidade, em primeira votação. A matéria, que havia sido emendada anteriormente em Plenário pelo deputado Bruno Peixoto (MDB), recebeu 21 votos favoráveis na primeira sessão de hoje. A propositura traz medidas para eliminação de tomadas e pontos de energia do interior e das proximidades das celas penitenciárias.

Conforme a justificativa da matéria, "tem-se como objetivo impedir que os detentos tenham acesso a aparelhos celulares, inibindo, assim, a comunicação externa com criminosos que ainda estão em liberdade, corroborando com o combate às organizações criminosas".

Os deputados aprovaram, em primeira votação, o projeto de lei nº 8132/21, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT), que declara de utilidade pública o Instituto Educação, Cultura e Vida - Casa de Cultura da Juventude, com sede em **Goiânia**.

Houve 25 votos favoráveis e nenhum contrário.

De acordo com a justificativa do projeto, trata-se de

entidade "sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, de caráter cultural, educacional, social, habitacional e ambiental. Destina-se à execução de atividades culturais, musicais, de dança, associativas, artísticas, recreativas, esportivas, filantrópicas e habitacionais", resume. Agora o projeto segue para a segunda votação plenária.

Com 29 votos favoráveis, foi aprovado, por unanimidade, em primeira votação plenária, o processo nº 6598/21, do deputado Karlos Cabral (PDT). A propositura declara de utilidade pública a Federação Goiana de Futebol Sete, com sede no município de Aparecida de **Goiânia**.

Foi aprovada ainda, em primeira votação, o processo 5524/21, da deputada Lêda Borges, que demonina de Osvaldo Pinheiro Dantas a Rodovia GO-060, entre os municípios de Piranhas e Arenópolis.

Ainda de iniciativa parlamentar, foi aprovado em segunda fase, o projeto de lei nº 1485/20, de autoria da deputada Delegada Adriana Accorsi (PT) que tratar do processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJ-GO)

Governadoria

Foi aprovado, em primeira votação, o projeto de lei nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. O projeto foi aprovado por unanimidade pelo colegiado, com 28 votos favoráveis e nenhum contrário.

Conforme o projeto, a receita total do Estado para 2022 está estimada em R\$ 39.370.606.000,00, com os recursos de todas as fontes. O montante supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que foi prevista para o exercício anterior. A peça orçamentária prevê que 1,2% da receita corrente líquida do Estado seja destinado ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação.

Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Na LOA anterior, a despesa estava fixada em R\$ 33.978.493.000,00, evidenciando um déficit na ordem de R\$ 3,8 bilhões para o cofre público estadual. Na proposta atual, o déficit foi sanado, visto que a despesa prevista está equiparada à previsão de receitas: R\$ 39.370.606.000,00, computados os recursos de todas as fontes. A mensagem aponta revisão do resultado primário orçamentário previsto na LDO/2022. "Se partiu de uma situação deficitária e se alcançou um superávit de R\$ 1,56 bilhões",

contextualiza o Poder Executivo.

O projeto especifica o cumprimento das obrigações constitucionais nos repasses para Educação, no valor de R\$ 5,1 bilhões; e Saúde, que receberá R\$ 3,1 bilhões. Wagner Neto fez uma avaliação positiva do resultado do trabalho que realizou como relator.

"Buscamos dialogar com todos os deputados", frisou.

Segundo o relator, todas as 149 emendas não impositivas e as sete coletivas foram acatadas em seu relatório. De acordo com o relatório, foram apresentadas 2.803 emendas individuais impositivas, no valor total de R\$ 386,99 milhões.

"Considerando a cota de R\$ 9.439.024,39 milhões para cada deputado apresentar emendas individuais de execução obrigatória, nos termos em que determina o art. 111 da Constituição Estadual, todas as emendas parlamentares individuais impositivas foram acatadas", diz o relatório.

**Site:**

<http://www.diariocentral.com.br/website/pdf/1144.pdf>

## Sessão extra nesta segunda às 10 horas

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** realiza, extraordinariamente nesta segunda- -feira, 20, a primeira sessão deliberativa da semana.

Na Ordem do Dia constam, para apreciação dos deputados, 104 matérias, que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo, do Tribunal do Contas dos Municípios do Estado de **Goiás (TCM-GO)** e do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A sessão, com início às 10 horas, será realizada pelo sistema híbrido de reuniões.

A pauta traz 21 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 62 em fase de primeira apreciação e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Também poderão ser analisados quatro projetos de lei da Governadoria em votação definitiva.

Há outros dois projetos de lei para segunda votação, sendo um de autoria do TCM-GO e outro oriundo do **TCE-GO** que, em apreciação única, é contemplado na pauta, ainda, com o parecer prévio referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre estes processos do Poder Executivo aptos a serem apreciados em definitivo, dois deles tratam de alterações nos programas habitacionais em **Goiás**. São eles os projetos de lei nº 9259/21 e o de nº 9390/21. O primeiro altera as Leis nº 14.542, de 30 de setembro de 2003, e nº 16.559, de 26 de maio de 2009, para autorizar a concessão de crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas, com mercadorias destinadas a construções vinculadas para o programa Habitar Melhor.

A matéria também trata da concessão de subsídio complementar expresso em "Cheque Moradia", relativo ao programa Habitar Melhor e da atualização dos nomes do programa e do benefício para, respectivamente: programa "Pra Ter Onde Morar" e "Subsídio".

De acordo com o projeto encaminhado à Casa, terão direito ao subsídio pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos seguintes critérios: famílias com renda mensal acima de três e não superior a seis salários mínimos; servidores públicos, civis e militares cuja renda mensal seja acima de seis e não superior a oito salários mínimos.

Os beneficiários poderão pleitear os seguintes benefícios: a construção de unidade habitacional, o subsídio pode chegar até 18 mil reais; reforma ou ampliação, o benefício é de até 11 mil reais; para ampliação ou instalação de água e energia o subsídio chega a 2 mil reais.

Na justificativa da matéria, a **Agência Goiana de Habitação (Agehab)** informa ser necessária a alteração proposta para atender as solicitações que envolvem a construção, a reforma, a ampliação e a melhoria das unidades habitacionais, pois há uma grande defasagem dos valores estabelecidos pelas Leis nº 14.542, de 2003, e nº 16.559, de 2009. O objetivo é viabilizar um conjunto de ações públicas relacionadas à implantação do programa "Pra Ter Onde Morar", da **Agehab**

Plenário realiza nesta 2ª-feira, 20, às 10 horas, sessão extra com 104 matérias que contemplam iniciativas parlamentares, do Poder Executivo e dos Tribunais de Contas dos Municípios e do Estado

**Site:**

<http://www.diariocentral.com.br/website/pdf/1144.pdf>

# Vilmar Rocha: Vanderlan não deve disputar eleições para governador em 2022

O presidente do PSD em **Goiás**, ex-deputado federal Vilmar Rocha, disse ao Jornal Opção Online que o projeto do partido para 2022 é eleger o ex-ministro Henrique Meirelles para senador e pelo menos três deputados federais. "O PSD tem boas apostas, como o deputado federal Francisco Júnior e a vereadora Sabrina Garcez, e há a possibilidade de conquistar o passe político do presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira, com quem mantemos excelente relacionamento. O deputado é um político de alta qualidade", afirma. Se vai bancar um candidato a senador, Henrique Meirelles, possivelmente na chapa do governador de **Goiás, Ronaldo Caiado** (DEM), o PSD não vai postular o governo do Estado em 2022. Então, pela lógica, o senador Vanderlan Cardoso não será candidato a governador. Um membro do PSD acrescenta: "O desejo do presidente Jair Bolsonaro pode não ser o mesmo desejo de Vanderlan Cardoso". Vilmar Rocha frisa que Vanderlan Cardoso está bem no PSD e não acredita que se filiará ao PL para disputar o **governo de Goiás**. "Ele diz para nós que não será candidato, e acreditamos na sua palavra. A bancada do PSD tem 12 senadores e Vanderlan é um dos mais prestigiados".

Café da Manhã

Sobre o RRF

**Ronaldo Caiado** explicou que **Goiás** foi o único estado do Brasil a cumprir todas as exigências para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e que chegou a receber um telefonema do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, parabenizando-o pelo trabalho executado em **Goiás**.

Mal assessorado

Para o governador goiano, Bolsonaro pode ter sido mal assessorado quanto às questões do RRF, já que o presidente teria feito uma conexão da crise fiscal de **Goiás** com as medidas restritivas tomadas durante a pandemia da Covid-19, fatos que não têm a menor ligação entre si. Ao lado do deputado Major Vitor Hugo (PSL), Bolsonaro disse que pode retardar a entrada de **Goiás** no RRF.

Endividamento

**Goiás** pleiteou a adesão ao RRF logo nos primeiros

meses da gestão de **Ronaldo Caiado** (DEM), em 2019. O que motivou a busca pelo programa federal criado pela LC 159/2017 foram os rombos deixados pela gestão anterior nas contas públicas do Estado. Segundo o **TCE-GO, Goiás** tinha ao final de 2018 um déficit de caixa que superava R\$ 7 bilhões e uma dívida consolidada de cerca de R\$ 20 bilhões.

Endividamento II

Ao final de 2018, **Goiás** sofria com um desequilíbrio fiscal impossível de ser sanado sem medidas mais austeras, como a suspensão do pagamento da dívida, que naquela altura consumia cerca de R\$ 3 bilhões anuais, ou 12,5% da RCL. As despesas com pessoal chegavam a 72% da RCL e o rombo da previdência a 10%. Somados aos índices constitucionais da saúde (12%) e educação (25%), o Estado amargava um déficit de mais de 30% da Receita Corrente Líquida.

Desconhecimento

Para um governista, o deputado federal Major Vitor Hugo (PSL) teria demonstrado ignorância com os problemas do seu estado ao criticar a entrada de **Goiás** no RRF. "Se se ocupasse das causas do seu estado, não teria passado essa vergonha. O RRF foi criado por lei federal e **Goiás**, há quase três anos, trabalha para o cumprimento das etapas para adesão ao programa", frisa.

Autismo

Foi sancionado pelo governador **Ronaldo Caiado** (DEM) lei oriunda do PL do deputado Amilton Filho (Solidariedade) que trata da criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), em **Goiás**. O documento deverá conter o brasão do estado de **Goiás** e a inscrição 'Governo do Estado de **Goiás**', além da identificação completa do portador.

Ministro do STF repudia assédio a servidores da Anvisa

O Ministro do STF Gilmar Mendes se manifestou sobre o que chamou de "perseguição" aos servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que passaram a ser ameaçados depois que o presidente da República, Jair Bolsonaro, criticou publicamente a

liberação de vacinas contra a Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos no Brasil.

Em live semanal, Jair Bolsonaro disse que iria pedir os nomes dos servidores envolvidos na liberação das vacinas para crianças e sugeriu expor publicamente os técnicos e diretores da agência. "Nós queremos divulgar o nome dessas pessoas para que todo mundo tome conhecimento de quem são essas pessoas e, obviamente, formem o seu juízo", disse o presidente em tom de ameaça.

Em suas redes, Gilmar Mendes disse que "a perseguição aos técnicos da Anvisa é uma vergonha nacional. Mostra como o discurso do ódio chegou a níveis alarmantes no país". O ministro expressou solidariedade aos servidores da Anvisa e pediu que as autoridades policiais competentes investiguem o caso e garantam a segurança dos servidores e familiares.

Linha cruzada

Mesmo com a quase certa restrição ao seu nome para integrar chapa bolsonarista em **Goiás**, o prefeito de Aparecida de **Goiânia**, Gustavo Mendanha (sem partido), continua se apresentando ao lado da deputada federal Magda Mofatto, a principal liderança do PL em **Goiás**. Com um pé dentro do PL, Mendanha viu sua pretensão subir no telhado depois que Jair Bolsonaro se filiou ao partido de Valdemar Costa Neto.

**Site:** <https://www.dm.com.br/politica/2021/12/vilmar-rocha-vanderlan-nao-deve-disputar-eleicoes-para-governador-em-2022/>

# Conselheiro Domingos Neto assume importante missão a nível nacional dentro da Atricon

**Ana Barros**

Destacando-se no cenário nacional, levando o nome de Mato Grosso, o **Conselheiro** do Tribunal de Contas de MT, Gonçalo Domingos de Campos Neto irá integrar a nova diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), como um dos Diretores de Relações Jurídico-Institucionais e representar o **Tribunal de Contas do Estado** do Piauí (**TCE-PI**) no biênio 2022-2023.

A nova diretoria foi escolhida durante o II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em João Pessoa (PB) e terá como novo presidente, o **conselheiro** do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (**TCE-RS**), Cezar Miola, e na vice-presidência executiva o **conselheiro** do Tribunal de Contas de Rondônia (**TCE-RO**), Edilson de Sousa Silva.

Bastante entusiasmado e feliz, Domingos Neto ressalta a importante missão de integrar essa nova equipe de trabalho e pontua que a sua participação trará mais visibilidade para Mato Grosso, " Será um grande desafio, pois a partir dessa atividade terei a oportunidade de desenvolver outras atividades, aprender muito mais e sempre é muito importante estar ao lado de pessoas competentes e habilidosas", destacou.

Neto, disse que integrar esse projeto é um presente, já que próximo dia 22 de dezembro comemora mais um ano de vida e não teria presente maior do que esse, poder ter a oportunidade de crescer ainda mais profissionalmente e destacar o **TCE-MT**, entidade a qual se dedica há mais de 13 anos.

Sobre a Atricon

Criada em 16 de agosto de 1992, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) atua com o intuito de garantir a representação, a defesa, o aperfeiçoamento e a integração dos Tribunais de Contas e de seus Membros (Ministros, Conselheiros, Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos), visando aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade.

Para isso, a entidade investe e estimula a troca de informações e experiências entre os membros dos Tribunais de Contas, ao mesmo tempo em que apoia o desenvolvimento de estratégias e ferramentas para aprimorar a eficácia dos sistemas de controle da Administração Pública.

Sua atuação é desenvolvida em estreita parceria com outras entidades representativas dos Tribunais de Contas, como o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), a Associação Nacional dos Auditores (Audicon), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon) e o Colégio dos Corregedores e Ouvidores dos Tribunais de Contas do Brasil (CCOR).

Eleita a cada dois anos, a Direção da Atricon define, por meio de constante e democrático processo de diálogo com os associados, metas e ações estratégicas, firma parcerias com outras instituições e realiza debates e eventos nacionais.

Confira, abaixo, a nova diretoria da Atricon

Nova Diretoria da ATRICON (Biênio 2022-2023)

Presidente: Cezar Miola (**TCE-RS**)

Vice-Presidente Executivo: Edilson de Sousa Silva (**TCE-RO**)

Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais: Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO)

Diretores de Relações Político-Institucionais:

Luiz Antônio Chrispim Guaraná (TCM-RJ)

Manoel Pires dos Santos (**TCE-TO**)

Marcos Coelho Loreto (**TCE-PE**)

Michel Houat Harb (**TCE-AP**)

Renato Martins Costa (**TCE-SP**)

Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais:  
Milene Dias da Cunha (TCE-PA)

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais:

Cláudio Couto Terrão (TCE-MG)

Gonçalo Domingos de Campos Neto (TCE-MT)

José de Ribamar Caldas Furtado (TCE-MA)

Odilon Inácio Teixeira (TCE-PA)

Rafael Souza Fonsêca (TCE-SE)

Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo: Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES)

Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo:

Carlos da Costa Pinto Neves Filho (TCE-PE)

Fabício Macedo Motta (TCM-GO)

Felipe Galvão Puccioni (TCMRJ)

Jaylson Fabianh Lopes Campelo (TCE-PI)

Soraia Thomaz Dias Victor (TCE-CE)

Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos: João Antônio da Silva Filho (TCM-SP)

Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e Assuntos Corporativos:

Antonio Gilberto de Oliveira Jales (TCE-RN)

**Humberto Bosco Lustosa Barreira** (TCE-GO)

Naluh Maria Lima Gouveia (TCE-AC)

Roberto Debacco Loureiro (TCE-RS)

Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA)

Vice-Presidente de Relações Internacionais: Adircélio de Moraes Ferreira Júnior (TCE-SC)

Diretores de Relações Internacionais:

Fernando Rodrigues Catão (TCE-PB)

Marco Antônio Lopes Peixoto (TCE-RS)

Marcus Vinícius de Barros Presídio (TCE-BA)

Otávio Lessa de Geraldo Santos (TCE-AL)

Wanderley Geraldo de Ávila (TCE-MG)

Conselho Fiscal (titulares):

Susana Maria Fontes Azevedo Freitas (TCE-SE)

Mario Manoel Coelho de Mello (TCE-AM)

Plínio Carneiro da Silva Filho (TCM-BA)

Conselho Fiscal (suplentes):

Francisco Júnior Ferreira da Silva (TCE-RO)

Manoel Dantas Dias (TCE-RR)

Telmo de Moura Passareli (TCE-MG)

Com ações destinadas para diversos setores de Várzea Grande, o deputado Eduardo Botelho (DEM) destacou a importância de investimentos que estão melhorando a distribuição de água no município. Botelho participou da inauguração da Estação de Tratamento de Água e Abastecimento - ETA do Grande Cristo Rei, nesta segunda-feira (20), que tem capacidade de produção de 320 litros por segundo e vai atender mais de 100 mil moradores de 72 bairros da região, graças ao investimento na ordem de R\$ 23,6 milhões.

Botelho foi o interlocutor junto ao governo para a destinação de recursos à Prefeitura de Várzea Grande construir mais uma unidade, a nova ETA Barra do Pari, no bairro Chapéu do Sol, sendo R\$ 26 milhões do Estado e o restante a contrapartida da Prefeitura, totalizando R\$ 28,4 milhões. Essa obra está sendo licitada. Além de outra unidade na região de Bonsucesso, acredita que o problema crucial de falta d'água será resolvido.

"Com essa ETA Cristo Rei, mais as outras que estão sendo feitas, têm recursos garantidos, vai ser resolvido o problema de água em Várzea Grande, a Assembleia Legislativa está ajudando, o senador Jayme Campos, o governador Mauro Mendes e o prefeito Kalil muito empenhado, tenho certeza que até o final do ano que vem o problema estará solucionado", disse Botelho durante o evento.

O governador Mauro Mendes (DEM) reconheceu o trabalho dos deputados, que tem ajudado na execução das ações. "É importante, a Assembleia Legislativa foi à base de sustentação para muitas das decisões que o governo tomou ao longo dos três anos. Eu agradeço aos deputados que têm colaborado com o governo e

com os resultados importantes que temos construído nesses anos. A expectativa para o próximo ano é muito positiva. Mato Grosso vive um momento bom. Está provado que quando se trabalha com seriedade e aplica corretamente o dinheiro público as coisas acontecem e o resultado aparece.

De acordo com o presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE, Carlos Alberto Simões de Arruda, a nova unidade vai melhorar, significativamente, o sistema de abastecimento.

"Vamos ter a grata oportunidade de minimizar o sofrimento dessa população que tem padecido ao longo do tempo com a falta d'água. Nosso projeto é que os bairros sejam atendidos por 12 horas todos os dias, ou seja, vamos ter a possibilidade de diminuir a sazonalidade no abastecimento, fazendo com que os lares possam ser abastecidos. O trabalho dos deputados Botelho, Paulo Araújo, Dr. João, João Batista, a Assembleia está muito presente, temos que agradecer todo esforço que a Assembleia tem feito em prol de Várzea Grande. Temos uma demanda reprimida de 176 litros por segundo, ou seja, a cidade cresce muito acima da média nacional. Por isso, precisamos do apoio das bancadas federal, estadual, para atender essa demanda", afirmou Arruda.

Da mesma forma, o prefeito Kalil Baracat reconheceu o trabalho em parceria. "É muito importante a participação do deputado Botelho, da Assembleia Legislativa porque somos parceiros de primeira hora, está sempre colocando emenda no município, debatendo com o governo em favor de Várzea Grande. Botelho tem investido emendas desde o início do mandato. É um parceirão, tanto é que representa o nosso município", disse Kalil.

Foto: MAURICIO BARBANT / ALMT

**Site: <https://ofactual.com.br/conselheiro-domingos-neto-assume-importante-missao-a-nivel-nacional-dentro-da-atricon/>**

# LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21

Plenário da **Alego** realiza sessão deliberativa na tarde desta terça-feira, 21. Constam na pauta 109 processos legislativos para apreciação dos deputados. Dos processos em fase de votação definitiva, destaca-se a matéria da Governadoria que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. A sessão será transmitida ao vivo pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), e pelo site oficial ([portal.al.go.leg.br](http://portal.al.go.leg.br)).

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 21, deve contar com 109 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a quinta reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 99 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 28 propostas em fase de votação definitiva, 57 em primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz sete projetos de lei em fase de votação definitiva.

Há também, para análise dos deputados, dois projetos de lei encaminhados pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Estado de **Goiás (TCM-GO)**, sendo um em fase de primeira votação e outro para apreciação definitiva. Em escrutínio único, consta da pauta, ainda, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

## LOA 2022

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a matéria da Governadoria de nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Conforme o projeto, a receita total do estado para 2022 está estimada em R\$ 39.370.606.000,00, com os recursos de todas as fontes. O montante supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que foi prevista para o exercício anterior.

A peça orçamentária prevê que 1,2% da receita corrente líquida do estado seja destinado ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos

recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação. Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Na LOA anterior, a despesa estava fixada em R\$ 33.978.493.000,00, evidenciando um déficit na ordem de R\$ 3,8 bilhões para o cofre público estadual. Na proposta atual, o déficit foi sanado, visto que a despesa prevista está equiparada à previsão de receitas, computados os recursos de todas as fontes. A mensagem aponta revisão do resultado primário orçamentário previsto na LDO/2022. O Executivo contextualiza a situação observando que se partiu de uma situação deficitária e se alcançou um superávit de R\$ 1,56 bilhão.

O projeto especifica o cumprimento das obrigações constitucionais nos repasses para Educação, no valor de R\$ 5,1 bilhões; e Saúde, que receberá R\$ 3,1 bilhões. O deputado Wagner Neto (Pros) fez uma avaliação positiva do resultado do trabalho que realizou como relator. "Buscamos dialogar com todos os deputados, frisou. Segundo o relator, todas as 149 emendas não impositivas e as sete coletivas foram acatadas em seu relatório.

De acordo com o relatório, foram apresentadas 2.803 emendas individuais impositivas, no valor total de R\$ 386,99 milhões. Considerando a cota de R\$ 9.439.024,39 para cada deputado apresentar emendas individuais de execução obrigatória, nos termos em que determina o art. 111 da Constituição Estadual, todas as emendas parlamentares individuais impositivas foram acatadas, diz o relatório.

## Previdência

A pauta da reunião de hoje traz também, para votação definitiva, o projeto de lei nº 9471/21, que visa alterar a Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020, que versa sobre o Regime Próprio de Previdência Social de **Goiás (RPPS-GO)**.

O projeto altera o parágrafo 2º do artigo 18 para dispor que, nos termos do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição estadual, recentemente alterado pela Emenda Constitucional nº 71, de 16 de dezembro de 2021, enquanto houver déficit atuarial no âmbito do RPPS-GO comprovado por meio de avaliações

atuariais apresentadas ao órgão federal fiscalizador, a contribuição previdenciária paga pelos aposentados e pelos pensionistas incidirá sobre o montante dos proventos de aposentadoria e pensões que superem o maior valor entre R\$ 3 mil e um salário-mínimo.

Segundo o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), o projeto trata da regulamentação para que se possa aplicar o teto. "Estamos apenas regulamentando a aplicação para que os servidores sejam beneficiados, nada mais do que isso. Se não tivermos essa lei complementar aprovada, não teremos condição de aplicá-la em janeiro", disse o parlamentar ao explicar o objetivo da matéria.

Com a alteração, busca-se isentar da contribuição previdenciária a faixa salarial inferior ao patamar definido pela Constituição Federal. O novo plano de custeio proposto não incorrerá em desequilíbrio financeiro-atuarial em virtude da manutenção da situação superavitária do fundo previdenciário. No entanto, haverá a necessidade de novos aportes do Tesouro Estadual para a cobertura da insuficiência do RPPS-GO. Segundo documento oriundo da Goiasprev, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90 milhões.

Para a compensação do déficit apurado pela Goiasprev, a Secretaria de Estado da Economia atestou que se pretende utilizar recursos apurados com a venda da **Celg-T**, ocorrida no dia 14 de outubro de 2021. De acordo com a pasta, após o desconto dos encargos, essa negociação trará aos cofres estaduais o valor estimado de R\$ 1,628 bilhão.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 21, consulte a pauta prévia .

#### Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento ([portal.al.go.leg.br](http://portal.al.go.leg.br)) e, ainda, pelo canal do Youtube .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

**Site:** <https://portal.al.go.leg.br/noticias/122705/loa-2022-pode-ter-votacao-definitiva-na-sessao-desta-3-feira-21>

# LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 21, deve contar com 109 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a quinta reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 99 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 28 propostas em fase de votação definitiva, 57 em primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz sete projetos de lei em fase de votação definitiva.

Há também, para análise dos deputados, dois projetos de lei encaminhados pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Estado de **Goiás (TCM-GO)**, sendo um em fase de primeira votação e outro para apreciação definitiva. Em escrutínio único, consta da pauta, ainda, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

## LOA 2022

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a matéria da Governadoria de nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Conforme o projeto, a receita total do estado para 2022 está estimada em R\$ 39.370.606.000,00, com os recursos de todas as fontes. O montante supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que foi prevista para o exercício anterior.

A peça orçamentária prevê que 1,2% da receita corrente líquida do estado seja destinado ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação. Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Na LOA anterior, a despesa estava fixada em R\$ 33.978.493.000,00, evidenciando um déficit na ordem de R\$ 3,8 bilhões para o cofre público estadual. Na proposta atual, o déficit foi sanado, visto que a despesa prevista está equiparada à previsão de

receitas, computados os recursos de todas as fontes. A mensagem aponta revisão do resultado primário orçamentário previsto na LDO/2022. O Executivo contextualiza a situação observando que se partiu de uma situação deficitária e se alcançou um superávit de R\$ 1,56 bilhão.

O projeto especifica o cumprimento das obrigações constitucionais nos repasses para Educação, no valor de R\$ 5,1 bilhões; e Saúde, que receberá R\$ 3,1 bilhões. O deputado Wagner Neto (Pros) fez uma avaliação positiva do resultado do trabalho que realizou como relator. "Buscamos dialogar com todos os deputados", frisou. Segundo o relator, todas as 149 emendas não impositivas e as sete coletivas foram acatadas em seu relatório.

De acordo com o relatório, foram apresentadas 2.803 emendas individuais impositivas, no valor total de R\$ 386,99 milhões. "Considerando a cota de R\$ 9.439.024,39 para cada deputado apresentar emendas individuais de execução obrigatória, nos termos em que determina o art. 111 da Constituição Estadual, todas as emendas parlamentares individuais impositivas foram acatadas", diz o relatório.

## Previdência

A pauta da reunião de hoje traz também, para votação definitiva, o projeto de lei nº 9471/21, que visa alterar a Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020, que versa sobre o Regime Próprio de Previdência Social de **Goiás (RPPS-GO)**.

O projeto altera o parágrafo 2º do artigo 18 para dispor que, nos termos do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição estadual, recentemente alterado pela Emenda Constitucional nº 71, de 16 de dezembro de 2021, enquanto houver déficit atuarial no âmbito do RPPS-GO comprovado por meio de avaliações atuariais apresentadas ao órgão federal fiscalizador, a contribuição previdenciária paga pelos aposentados e pelos pensionistas incidirá sobre o montante dos proventos de aposentadoria e pensões que superem o maior valor entre R\$ 3 mil e um salário-mínimo.

Segundo o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), o projeto trata da regulamentação para que se possa aplicar o teto. "Estamos apenas regulamentando a aplicação para que os servidores

sejam beneficiados, nada mais do que isso. Se não tivermos essa lei complementar aprovada, não teremos condição de aplicá-la em janeiro", disse o parlamentar ao explicar o objetivo da matéria.

Com a alteração, busca-se isentar da contribuição previdenciária a faixa salarial inferior ao patamar definido pela Constituição Federal. O novo plano de custeio proposto não incorrerá em desequilíbrio financeiro-atuarial em virtude da manutenção da situação superavitária do fundo previdenciário. No entanto, haverá a necessidade de novos aportes do Tesouro Estadual para a cobertura da insuficiência do RPPS-GO. Segundo documento oriundo da Goiasprev, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90 milhões.

Para a compensação do déficit apurado pela Goiasprev, a Secretaria de Estado da Economia atestou que se pretende utilizar recursos apurados com a venda da **Celg-T**, ocorrida no dia 14 de outubro de 2021. De acordo com a pasta, após o desconto dos encargos, essa negociação trará aos cofres estaduais o valor estimado de R\$ 1,628 bilhão.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 21, consulte a pauta prévia .

#### Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

**Site:** <https://www.gazetadoestado.com.br/loa-2022-pode-ter-votacao-definitiva-na-sessao-desta-3a-feira-21/>

# LOA 2022 pode ter votação definitiva na sessão desta 3ª-feira, 21

## Da Redação

A sessão deliberativa do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** desta terça-feira, 21, deve contar com 109 processos legislativos na pauta para apreciação dos deputados. Com início às 15 horas, a quinta reunião desta semana será realizada em caráter ordinário por meio do sistema híbrido de reuniões do Parlamento goiano.

Entre as matérias em pauta, 99 são projetos de lei de iniciativa parlamentar. São 28 propostas em fase de votação definitiva, 57 em primeira apreciação, e 14 pareceres favoráveis aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). De autoria do Poder Executivo, a pauta traz sete projetos de lei em fase de votação definitiva.

Há também, para análise dos deputados, dois projetos de lei encaminhados pelo Tribunal de Contas dos Municípios de Estado de **Goiás (TCM-GO)**, sendo um em fase de primeira votação e outro para apreciação definitiva. Em escrutínio único, consta da pauta, ainda, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

## LOA 2022

Dos processos já constantes da pauta, que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a matéria da Governadoria de nº 7673/21, que define a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022. Conforme o projeto, a receita total do estado para 2022 está estimada em R\$ 39.370.606.000,00, com os recursos de todas as fontes. O montante supera em cerca de R\$ 9 bilhões a receita que foi prevista para o exercício anterior.

A peça orçamentária prevê que 1,2% da receita corrente líquida do estado seja destinado ao pagamento das emendas impositivas, sendo 70% dos recursos direcionados, obrigatoriamente, às áreas de Saúde e Educação. Os 30% restantes poderão ser aplicados em qualquer outra área à escolha do parlamentar.

Na LOA anterior, a despesa estava fixada em R\$ 33.978.493.000,00, evidenciando um déficit na ordem de R\$ 3,8 bilhões para o cofre público estadual. Na

proposta atual, o déficit foi sanado, visto que a despesa prevista está equiparada à previsão de receitas, computados os recursos de todas as fontes. A mensagem aponta revisão do resultado primário orçamentário previsto na LDO/2022. O Executivo contextualiza a situação observando que se partiu de uma situação deficitária e se alcançou um superávit de R\$ 1,56 bilhão.

O projeto especifica o cumprimento das obrigações constitucionais nos repasses para Educação, no valor de R\$ 5,1 bilhões; e Saúde, que receberá R\$ 3,1 bilhões. O deputado Wagner Neto (Pros) fez uma avaliação positiva do resultado do trabalho que realizou como relator. "Buscamos dialogar com todos os deputados", frisou. Segundo o relator, todas as 149 emendas não impositivas e as sete coletivas foram acatadas em seu relatório.

De acordo com o relatório, foram apresentadas 2.803 emendas individuais impositivas, no valor total de R\$ 386,99 milhões. "Considerando a cota de R\$ 9.439.024,39 para cada deputado apresentar emendas individuais de execução obrigatória, nos termos em que determina o art. 111 da Constituição Estadual, todas as emendas parlamentares individuais impositivas foram acatadas", diz o relatório.

## Previdência

A pauta da reunião de hoje traz também, para votação definitiva, o projeto de lei nº 9471/21, que visa alterar a Lei Complementar nº 161, de 30 de dezembro de 2020, que versa sobre o Regime Próprio de Previdência Social de **Goiás (RPPS-GO)**.

O projeto altera o parágrafo 2º do artigo 18 para dispor que, nos termos do parágrafo 4º-A do art. 101 da Constituição estadual, recentemente alterado pela Emenda Constitucional nº 71, de 16 de dezembro de 2021, enquanto houver déficit atuarial no âmbito do RPPS-GO comprovado por meio de avaliações atuariais apresentadas ao órgão federal fiscalizador, a contribuição previdenciária paga pelos aposentados e pelos pensionistas incidirá sobre o montante dos proventos de aposentadoria e pensões que superem o maior valor entre R\$ 3 mil e um salário-mínimo.

Segundo o líder do Governo, deputado Bruno Peixoto (MDB), o projeto trata da regulamentação para que se

possa aplicar o teto. "Estamos apenas regulamentando a aplicação para que os servidores sejam beneficiados, nada mais do que isso. Se não tivermos essa lei complementar aprovada, não teremos condição de aplicá-la em janeiro", disse o parlamentar ao explicar o objetivo da matéria.

Com a alteração, busca-se isentar da contribuição previdenciária a faixa salarial inferior ao patamar definido pela Constituição Federal. O novo plano de custeio proposto não incorrerá em desequilíbrio financeiro-atuarial em virtude da manutenção da situação superavitária do fundo previdenciário. No entanto, haverá a necessidade de novos aportes do Tesouro Estadual para a cobertura da insuficiência do RPPS-GO. Segundo documento oriundo da Goiasprev, a projeção da renúncia de receita anual será, em média, de R\$ 90 milhões.

Para a compensação do déficit apurado pela Goiasprev, a Secretaria de Estado da Economia atestou que se pretende utilizar recursos apurados com a venda da **Celg-T**, ocorrida no dia 14 de outubro de 2021. De acordo com a pasta, após o desconto dos encargos, essa negociação trará aos cofres estaduais o valor estimado de R\$ 1,628 bilhão.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta terça-feira, 21, consulte a pauta prévia .

#### Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube .

**Site:** <https://www.gazetaplay.com.br/loa-2022-pode-ter-votacao-definitiva-na-sessao-desta-3a-feira-21/>

# Aprovado em definitivo projeto de lei que cria auxílio-saúde para servidores do TCE de Goiás

O Projeto nº 9287/21, que altera a Lei Estadual nº 15.122, de 4 de fevereiro de 2005, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, em segunda votação, nessa segunda-feira (20), com 22 votos favoráveis e nenhum contrário. A proposição faz modificações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** para estabelecer o auxílio-saúde aos seus servidores (efetivos e comissionados) e reduzir os percentuais da Gratificação por Incentivo Funcional (GIF), que incide apenas sobre a remuneração dos servidores efetivos. A matéria agora segue para sanção ou veto do governador Ronaldo Caiado (DEM).

Em ofício ao presidente da **Alego**, deputado Lissauer Vieira (PSB), o presidente do **TCE**, Edson José Ferrari, explica que "o Conselho Nacional de Justiça, pela Portaria nº 294, de 18/12/2019, regulamentou o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores (de todo o Poder Judiciário nacional). Já, inclusive, instituído no âmbito do Poder Judiciário goiano (Resolução nº 125, de 13/05/2020) ".

Ferrari afirma que "em virtude de norma constitucional que equipara (paridade de direitos, garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens de conselheiros e auditores, respectivamente, aos desembargadores e juízes de entrância final, como também já foi reconhecida a simetria entre membros do Ministério Público e da Magistratura, no âmbito deste Tribunal de Contas, com fundamento no ato normativo do CNJ e do TJ/GO, este programa (assistência à saúde) já foi instituído em benefício de conselheiros, auditores e procuradores de contas".

Acrescenta o presidente do **TCE**: "Para adequar (corrigir) à realidade presente (contingência orçamentária e financeira) os percentuais (valores) a serem atribuídos aos servidores em virtude da conclusão de curso de graduação e de pós-graduação, por meio da Gratificação de Incentivo Funcional".

O presidente da Corte de Contas salienta, ainda, que, "por outro lado, com vistas à redução do impacto financeiro com a implementação do benefício (assistência à saúde dos servidores), como medida compensatória, propõe-se a redução escalonada do

percentual da Gratificação de Incentivo Funcional, prevista, atualmente, no art. 16-1, da Lei Estadual nº 15.122/2005".

**Site:** <https://www.rotajuridica.com.br/aprovado-em-definitivo-projeto-de-lei-que-cria-auxilio-saude-para-servidores-do-tce-de-goias/>

# Educação estadual recebe Selo Ouro no 'Programa de Compliance Público' do Governo de Goiás

Seduc alcançou 88,06% no Índice de Transparência de suas páginas de acesso à informação

A Secretaria da Educação de **Goiás** (Seduc), como todos os demais órgãos da **administração estadual**, implantou, a partir de 2019, o 'Programa de Compliance Público' (PCP) com vistas a melhorar a governança e a prestação dos serviços aos cidadãos goianos. **Goiás** é destaque, no país, em virtude de o PCP já ter sido implementado em toda a **administração estadual**.

Dentre as iniciativas do programa, o Selo Ouro, recebido agora, no início de dezembro, pela Educação estadual integra as ações de fortalecimento do controle social por meio da adoção de mecanismos que favoreçam a transparência no atendimento às demandas de informação e de prestação de contas dos órgãos públicos a todos os cidadãos.

"Nós somos ouro em transparência pública", celebra o chefe da Ouvidoria Setorial da Seduc, Joaquim da Trindade Filho, que coordena o eixo da transparência no PCP da Secretaria da Educação. Para o ouvidor da Seduc, o Selo Ouro representa que a gestão da Educação pública estadual está trilhando os esforços para melhor fazer chegar ao cidadão as respostas às suas demandas.

"Buscamos a confiança do cidadão e a transparência, como também os eixos da ética, da responsabilização e de gestão de riscos, são fundamentais para isso", afirma. O ouvidor explica que a reflexão que se faz, diante da conquista do Selo Ouro, é quão transparente a Seduc tem sido junto aos cidadãos e suas necessidades de informação relacionadas à Educação pública estadual.

Para o chefe da Ouvidoria da Seduc o Selo Ouro em transparência pública demonstra que a Secretaria Estadual da Educação está no caminho correto. "Estamos conseguindo atender às demandas de informação dos cidadãos, e isso é muito importante para a gestão pública pensada, pretendida e buscada com afinco pelo governador de **Goiás**, Ronaldo Caiado, e por nossa secretária da Educação, Fátima Gavioli", destaca Joaquim da Trindade Filho.

A evolução e efetividade da implementação do PCP em **Goiás** é apresentada por meio desse ranking anual, realizado pela **CGE-GO** que avalia o desempenho de todos os órgãos na implantação e desenvolvimento do programa.

Para a avaliação são observados preceitos e critérios e o somatório dos pontos resulta no Índice de Transparência de cada órgão e entidade. A Seduc alcançou o nível mais elevado, isto é, maior ou igual a 75%, com nota 88,06% em transparência nas formas que adota para o atendimento ao cidadão em suas demandas de informação.

A avaliação da transparência dos órgãos e entidades da Administração pública estadual é feita pela Secretaria de Controle Externo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e pela **CGE-GO**.

A premiação aos órgãos estaduais que se destacaram no ranking da transparência no âmbito do Programa de Compliance Público ocorreu no encerramento da 'Semana Internacional de Combate à Corrupção 2021', coordenada pelo Governo de **Goiás**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (**CGE-GO**).

**Site:** <https://site.educacao.go.gov.br/educacao-estadual-recebe-selo-ouro-compliance/>